

# CULTURA POLÍTICA, CIDADANIA E DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS

Pedro Rocha LEMOS\*

## RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar em linhas gerais, as perspectivas teóricas e metodológicas, que vem orientando a investigação sobre o processo de descentralização das Políticas Habitacionais e seu efeito a nível local e regional. Palavras chaves: Políticas Públicas; Esfera Pública; Cidadania; Direitos Sociais; Sujeitos Sociais.

## ABSTRACT

The objective of this article is to present in general the theoretical and methodological perspectives which guide the research on inhabit policy decentralization, and its effects at the local level. There are some concepts underlying this debate, like citizenship, subjects and social rights.

**Key words:** Public policy, public sphere, citizenship, social rights, social subjects.

## INTRODUÇÃO

A definição do tema Cultura Política, Cidadania e Descentralização das Políticas Habitacionais da continuidade à linha

(\*) Doutorando em Sociologia pela PUC-SP. Prof. do Departamento de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas PUC-Campinas.

de pesquisa que foi sendo traçada desde o período de encerramento de minha graduação em Ciências Sociais, quando trabalhei como sociólogo, na condição de técnico social, no Inocoop S P. (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais).

A necessidade de refletir sobre a metodologia de trabalho social do Inocoop foi determinante na escolha do tema de minha dissertação de mestrado: "Política Habitacional e Controle de Estado no Brasil - pós 64. Estudo de caso: Cooperativa Habitacional de Nova Veneza, Sumaré SP." (Lemos, 1994). O curso foi realizado na Unicamp e trabalhei no Inocoop de 1977 a 1979, na formação, acompanhamento e desenvolvimento das cooperativas habitacionais.

O presente artigo apresenta, em linhas gerais, os pressupostos teóricos e metodológicos que estão orientando meu doutoramento, no programa de Pós Graduação em Ciências Sociais na PUC São Paulo.

A trajetória de investigação, que constitui esta reflexão, está inserida na região de Campinas, e voltada para questões que dizem respeito a produção das políticas sociais, e especificamente as que tratam das políticas habitacionais. O projeto de doutoramento dá continuidade a essa escolha, e prioriza o estudo dessas políticas, a partir do processo de redemocratização do país, nos anos 80

A literatura das Ciências Sociais testemunha a importância e a necessidade de debates que tratam das implicações da descentralização das políticas habitacionais e de seu modo de expressão em nível regional e/ou local. Uma das metas prioritárias deste trabalho é verificar, nessa literatura, que reflexões norteiam esses estudos sobre a descentralização e quais as referências que utilizam para tratar do redimensionamento da política habitacional no Brasil e sua expressão nas experiências regionais e locais, no que diz respeito à participação popular na condução dos programas habitacionais.

De uma maneira geral, a abordagem da questão descentralização tem lugar no contexto de redemocratização do país. As categorias democracia, cidadania e direitos sociais vêm sendo

temas recorrentes que perpassam grande parte da literatura. Nesses termos todas as implicações sócio políticas desse processo vêm sendo analisadas, e a questão da habitação não pode ser entendida fora dessa referência.

O objetivo deste artigo é explicar como vem sendo elaborada a metodologia, que procura situar nesse debate o enfoque central desta reflexão, cuja prioridade é compreender no processo de descentralização, os níveis de participação popular, ou seja, de modo que os postulantes à casa própria se constituem enquanto sujeitos sociais, na articulação de suas práticas políticas cotidianas, e nos processos de execução dos programas habitacionais, que vêm sendo constituídos em nível municipal. Para melhor elucidação desta questão, o estudo de uma experiência local, o Projeto Chico Mendes, ajuda a compreender as dimensões da democratização implicadas nessa descentralização.

## QUESTÕES DE ORDEM METODOLÓGICA

Para tratar da discussão em torno do processo de descentralização, a elaboração metodológica e construção da problematização contida na investigação, requer em alguns procedimentos importantes.

É preciso discernir no debate acadêmico das Ciências Sociais e na experiência concreta em estudo, os processos determinantes das reflexões sobre a descentralização. Construir, a partir da problematização proposta e delineada no objetivo do projeto de doutoramento, uma abordagem analítica que contribua com as discussões, e que ajude a pensar a habitação em termos de possibilidade do efetivo avanço da democratização das políticas públicas no contexto atual.

Uma primeira verificação da literatura que trata da questão demonstra que esses sujeitos sociais, postulantes à moradia, estão inseridos no universo de tensões que envolvem a relação dos movi-

mentos sociais, do poder público e de interesses privados, entre os quais o setor financeiro e a especulação imobiliária.

O cuidado, nesta discussão, é de não reduzir o foco de tensão, no limite da questão habitacional. O déficit habitacional existente, e os consequentes conflitos inerentes às gestões dos programas habitacionais, estão inscritos no universo das demandas sociais, entre as quais saúde e educação, por exemplo, que são administradas a partir das Políticas Públicas, que são projetadas nas esferas governamentais. Essas políticas estão inseridas no modelo de desenvolvimento econômico que vem determinando o lugar dos conflitos referentes à essas demandas. É nesse contexto que devem ser compreendidos os níveis de tensão no setor habitacional.

Discutir a descentralização das políticas habitacionais, no contexto geral, requer alguns procedimentos de ordem teórica. Para isso é preciso recorrer ao debate acadêmico contemporâneo das Ciências Sociais, notadamente as discussões que tratam das questões do social e do conceito de sujeito, que são demarcados pelo que se entende por democracia, cultura, cidadania, direitos sociais, o público e o privado.

É possível verificar, nesse debate, que vem sendo construída uma linha de abordagem que está orientando nossa reflexão, e que vem questionando os modelos teóricos clássicos que determinam os lugares do social (Telles, 1992, 1994, 1996. Paoli .M. C., Sader, Telles V.S, 1984) nos limites de determinadas racionalidades. Esse referencial teórico, que vem marcando as discussões das Ciências Sociais no Brasil desde a década de 70, questiona os paradigmas clássicos, aqueles que, sustentam a ideologia liberal e sua versão neoliberal, assim como os modelos que marcaram a crítica no Brasil nas décadas de 50 e 60, principalmente a discussão decorrente da reflexão marxista.

A abordagem orientadora de nossa reflexão considera que, o modelo que dá sustentação às democracias liberais, cujo conteúdo que estabelece sua cultura de justiça e moral, apesar de sustentar

princípios referentes à equidade, na prática, enquadra o social no reconhecimento legítimo das relações de dominação, cujo produto são as desigualdades e a exclusão. Nesse sentido, pobreza, exclusão e demandas sociais são qualificados como problemas inerentes as sociedades liberais. O social deve ser tratado no limite da dinâmica do mercado e/ ou através das chamadas políticas sociais.

A crítica que se faz à produção clássica, considerando boa parte da produção intelectual brasileira das décadas de 50 e 70, está no universo das teorias que procuram estabelecer os conceitos do social e do sujeito, com referência a racionalidades funcionais e estruturalistas de sociedade, que praticamente eliminam pensar tais conceitos a partir de uma imprevisibilidade que pode ser encontrada nas práticas sociais do cotidiano e da cultura. Isto quer dizer que social e sujeito, e toda as outras categorias correlatas, como cidadania e direitos sociais, estão no limite dos paradigmas préestabelecidos, os quais já determinam o lugar de cada conceito e da tensão social (Garcia.E.S. 1995 Lopes 1987).

Referências importantes, que também estão colocadas no debate acadêmico e não podem ser desconsideradas, e que também apontam novos referenciais para pensar o conceito de social e de sujeito, encontram-se na perspectiva teórica que, além de não limitar os conceitos aos referenciais citados e problematizados acima, procura defini-los no campo da complexidade. Neste modelo de interpretação, tanto o conceito de social como o de sujeito, são constituídos a partir de múltiplas determinações, que estropeiam o universo da cultura. Nesses termos tal abordagem propõe um diálogo (conceituado como dialogia) com outras referências de conhecimento, nas ciências e fora delas, como, por exemplo, a religião e a metafísica (Morin 1986. Deleuse e Guatari 1995).

Não podemos deixar de citar, também com referência ao modelo liberal clássico podemos considerar Marschal.(1967), um dos seus mais expressivos representantes, por ter sido o primeiro a produzir uma teoria sobre política social. As teorias liberais delimitam

os lugares do social e a cidadania é conceituada nos termos da lógica do mercado. O próprio mercado regula, incorporando os competentes e excluindo os incompetentes. Nesse modelo o Estado, não se constitui enquanto instituição que deva intervir nas questões que dizem respeito ao social, a não ser em casos muito particulares.

A versão contemporânea desse modelo, o Neoliberalismo, não eliminou sua referência histórica; o mercado continua sendo o fio condutor no trato de questões sociais, e vem ganhando, no Brasil, uma expressão singular (Telles, 1996).

Outra experiência histórica importante vem sendo a do *welfare state* - Estado do Bem Estar Social. São as experiências que vêm marcando o lugar do social nas economias capitalistas avançadas (Anderson, 1995. Fleury, 1994. Wallerstein, 1984). Em decorrência das crises do capitalismo (guerras mundiais, crise de 1929) e da incapacidade do mercado de intervir na organização dos rumos da economia desses países, absorvendo todas suas demandas sociais, o Estado, a partir dos anos 30, assume a condução da reorganização das políticas econômicas e sociais. O fator diferencial desse modelo, em relação às experiências latino americanas, encontra-se na dimensão da sociedade civil. No caso europeu, na maioria das nações, a reorganização do universo dos direitos sociais teve participação efetiva da sociedade civil (Restrepo, 1990).

No Brasil, estudos indicam que o mercado também delimitou o lugar do social, porém, a experiência histórica brasileira caracteriza-se por intervenções autoritárias e centralizadoras, reprimindo quase sempre o envolvimento da sociedade civil. Santos (1986) indica que a cultura política desse modelo compôs, no pós 30, princípios morais de justiça que determinaram o lugar da cidadania ao estabelecer o que seriam os direitos e deveres de cada cidadão, com pouca interferência da sociedade civil. É o que se pode dizer a respeito daquilo que estava implícito na prática política que marcou a transição de 30 no Brasil na determinação da cidadania.

*Sugiro que o conceito chave para permitir entender a política econômica social pós 30, assim como fazer a passagem da esfera da acumulação para a esfera da equidade, é o conceito de cidadania, implícito na prática política do governo revolucionário, e que tal conceito poderia ser descrito como de cidadania regulada. Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não num código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação social, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei (SANTOS, 1986 pg.75)*

Esta cultura foi reproduzida e aprimorada no período do regime militar (1964-1984) e continuou sendo referência na reorganização do Estado na fase redemocratização do país (anos 80), na determinação do lugar da cidadania e na constituição da esfera pública, e ainda se constitui como referencial na determinação do social no momento contemporâneo. (Lenharo, 1986. Wanderley, 1996. Covre, 1983).

A abordagem que vem orientando nossa reflexão, questiona a racionalidade dos modelos expostos e problematizados acima, e parte do princípio de que é possível construir um novo referencial de reflexão não previsto nos modelos culturais de justiça das teorias clássicas mesmo naquelas reflexões teóricas que tradicionalmente se constituíram no campo da crítica à sociedade capitalista, é o caso de boa parte das reflexões encontradas na literatura marxista, que delimitam o social e a intervenção do sujeito no campo da lutas de classes. Entretanto, nessa tradição teórica, existem reflexões que apesar seguir essa tendência, pode-se encontrar na discussão marxista contemporânea rica literatura sobre políticas públicas, poder local e descentralização. (Castells, 1974. Lojkin, 1981).

A base de sustentação desta nossa abordagem e orientadora da reflexão que propomos vem da própria dinâmica das lutas sociais, que são articulada em outros níveis de tensões e que entram em contradição com os modelos paradigmáticos clássicos. Podemos dizer que os Novos Movimentos Sociais e as lutas que tratam das questões das minorias (como os movimentos feministas, de homossexuais, relações de gênero, ambientalistas e ongs) estão indicando o lugar da reflexão (Daginino, 1994.)

O propósito imediato deste artigo não é, e nem poderia ser, aprofundar essa discussão buscando um consenso apaziguador. Considerando que a própria literatura que orienta o pressuposto teórico de nossa reflexão vem sendo estudada e problematizada, é preciso entender que a discussão sobre o processo de descentralização das políticas habitacionais não pode estar deslocada em relação a esta reflexão. Assim sendo, consideramos que é nesse processo dinâmico que vem se constituindo os sujeitos, no universo dos novos movimentos sociais.

## **O LUGAR DA DESCENTRALIZAÇÃO NA DISCUSSÃO TEÓRICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

A complexa tensão em que tem lugar o processo de descentralização já vem sendo estudada desde a criação do BNH, em 1964, e existe uma vasta bibliografia que identifica sua origem. Esses estudos revelam que, com a instauração do regime militar, as políticas sociais em geral se caracterizaram por serem executadas através de forte controle autoritário e centralizador, exercido pelo governo federal (Valladares 1980, Vêras. M.P.B, Bondoki N.G. 1986)

Não se trata, aqui, de retomar todo o processo histórico e as implicações sócio-políticas que identificaram os modelos de políticas habitacionais implantados, e os consequentes conflitos decorrentes dos mesmos, uma vez que uma extensa e reconhecida literatura sobre o assunto está a disposição de todos, no entanto, é importante apontar alguns aspectos da produção acadêmica das Ciências So-

ciais, que passa por vários níveis de abstração. Os estudos analisam os aspectos vinculados ao processo de redemocratização do país, apontam os rumos futuros das políticas sociais em geral e, via de regra, no caso da habitação, procuram sugerir, a partir de uma racionalidade acadêmica e tecnicista, os rumos da nova política habitacional (Draibe 1987).

As questões que se colocam em boa parte da literatura das Ciências Sociais, que trata do processo da descentralização, caminham no sentido de tentar compreender quais são as diretrizes gerais que vêm orientando a definição de uma nova política habitacional. Os estudos procuram de uma maneira geral, descrever os aspectos referentes à crise político, econômica e institucional do período da transição democrática, nos anos 80, que provocou a extinção do Banco Nacional de Habitação, em 1986, (Arretche 1995, Draibe, 1987). Esses estudos são referências importantes, porque conseguem apontar o nível de tensão que vem acompanhando o processo.

Com a extinção do BNH, houve várias tentativas de estabelecer um novo modelo de política habitacional em nível federal. A proposta mais significativa se deu na Nova República, nos 80. Foi constituído um grupo de trabalho, por decreto presidencial em agosto de 1995. O grupo tinha a finalidade de elaborar uma reformulação abrangente na política habitacional.

Os trabalhos foram concluídos em janeiro de 1996. O relatório final foi encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento Urbano. As reformas propostas pelo Grupo de Trabalho compreendiam medidas de descentralização, entre as quais medidas que propunham mudar radicalmente a natureza dos recursos mobilizados na política habitacional. Os investimentos nos programas de conteúdo social não poderiam obedecer à lógica da equação financeira, que era a essência do BNH, exigindo subsídios de origem fiscal (Arretche, 1996). Entre as reformas propostas pelo grupo estava também a ruptura com o conceito único de casa nova e própria. De acordo com nova concepção, tratava-se de garantir o acesso à moradia, quer fosse

própria, de aluguel, em comodato por leasing, bem com a simples melhoria física da moradia ocupada. (Aretche, 1996). Os recursos deveriam também atender programas de urbanização simplificada de favelas ou aglomerados semelhantes. Previam também participação dos interessados, envolvendo regularização da propriedade, financiamento para a melhoria da qualidade da moradia e introdução de serviços básicos de saneamento. Finalmente, a habitação só poderia ser tratada como parte da questão urbana (Aretche, 1996).

Com a extinção do BNH, em 1986, e com a transferência de suas atribuições para a Caixa Econômica Federal, o Governo Federal arquivou a proposta do Grupo de Trabalho uma vez que se tornou impossível a aplicação desse modelo, o sistema entrou em crise. A única novidade veio com a Constituição de 1989, que por sua vez, não define com clareza o que seriam as políticas de desenvolvimento urbano. Enquanto o artigo 21, inciso XX, diz que compete à União "instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos," o artigo 23, inciso IX, diz que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições de saneamento básico. Ou seja, a implementação de programas é de competência de qualquer um dos níveis de governo da Federação, ainda que submetidos a diretrizes gerais da união.

Os estudos indicam que o modelo anteriormente existente não foi redesenhado. O que se tem de novo, e que fica a critério de todas as esferas federativas é a autonomia para formular e implementar programas habitacionais. Entretanto, o Sistema Financeiro Habitacional não foi alterado e a Caixa Econômica Federal continua sendo o principal órgão financiador de programas habitacionais. té hoje.

A descentralização vem se dando no universo das tensões que podem ser localizadas em várias esferas de decisões: federal estadual e municipal. É nesse cenário nebuloso, caracterizado pela ausência de uma definição mais clara em nível federal, que podemos

buscar a reflexão das Ciências Sociais no entendimento dos conflitos inerentes a essa realidade.

Nos termos deste referencial, o que mais importa para a reflexão é localizar os níveis de tensão seja nos momentos das execuções das políticas, seja no modos como os conflitos estão sendo absorvidos pela teoria.

Outra referência importante para a reflexão, encontra-se nos textos que analisam as experiências locais de políticas habitacionais com características personalizadas (Bonduki, 1997).

A questão do local passa também por discussões teóricas importantes. Existe uma complexa discussão na literatura das Ciências Sociais que também passa pelos níveis de reflexão que este artigo vem indicando. O importante a ser destacado neste momento, é que, a partir dos estudos sobre o poder local podemos encontrar uma das dimensões para pensar a descentralização das políticas habitacionais. Praticamente boa parte das reflexões sobre poder local, partem de estudos sobre experiências concretas e procuram não restringi-las ao local fora das questões mais gerais que envolvem a sociedade como um todo (Castro, 1988, Bava, 1996. Nunes, 1996.). Esses modelos contribuem para o estudo de caso da experiência do projeto Chico Mendes, e nos remetem a uma outra abordagem de discussão: a que diz respeito ao Poder Local. É nesse universo teórico que estamos encontrando as reflexões mais importantes sobre a descentralização.

As referências indicadas acima, entre outras, se inserem-se numa discussão maior, a qual orienta os estudos como um todo. Pretende-se localizar nessa produção teórica, a qualidade das novos projetos habitacionais nos termos em que são constituídos, levando em conta os níveis de participação popular.

A partir da análise das práticas sociais concretas que envolvem poder público e sociedade civil, acompanhada de cuidadosa leitura da produção acadêmica existente, pode-se chegar às condições em que vem se dando a descentralização. Mesmo quando a bibliografia existente atende algumas indagações apontadas por este

artigo, definindo condições de cidadania na produção de políticas habitacionais, por exemplo, grande parte da bibliografia, no entanto, não aborda especificamente a questão da constituição dos sujeitos sociais.

Acompanhando esta bibliografia mais específica, estão sendo abordados também estudos que tratam dos chamados novos movimentos sociais. Os movimentos sociais que se organizam pelo direito à moradia estão inseridos no contexto que vem requalificando e indicando os novos rumos das lutas sociais no Brasil desde 1970 (Dagnino, 1994).

Os conflitos pertinentes que deram origem a esses movimentos, inserem-se no período em que tem início a luta pela redemocratização do país. O mais importante a abstrair desses estudos é que as práticas sociais produzidas por significativas parcelas da população, sobretudo os excluídos, apontam para uma nova reconceituação de cidadania. Assim, não basta o puro e simples atendimento de direitos, no sentido da racionalidade dos referenciais clássicos.

As condições de direito, e mesmo de cidadania, passam a ser construídas a partir da lógica que diz respeito aos aspectos culturais em que estão envolvidos tais agentes sociais. Nesse sentido, a tensão presente na relação poder público e sociedade civil, ganha outra qualidade.

O novo referencial opõe-se aos aspectos constitutivos do direito e da cidadania nos moldes estabelecidos pelo mercado, e mesmo no caso daqueles contemplados pela racionalidade convencional das políticas públicas produzidas pela tecnocracia. As políticas habitacionais e a descentralização devem ser analisadas no universo dessas tensões.

Outro aspecto importante, e que ganha um tratamento especial nos estudos, são análises que o projeto vem trabalhando sobre a produção acadêmica e suas interferências nas políticas que se dão em nível regional, no caso, na região de Campinas. Os

problemas levantados nesta reflexão estabelecem um diálogo com esses trabalhos, e verificam até que ponto os mesmos avançam no sentido da mudança de qualidade, em termos de democratização na produção de políticas habitacionais, conforme o enfoque proposto por este artigo.

Na região de Campinas existem alguns centros de estudos que não se limitam a diagnosticar as políticas públicas em geral. Esses centros também interferem na produção de políticas, na medida em que estabelecem parcerias com prefeituras da região. Podemos citar, entre outros, o L'ABITAT - Laboratório da Faculdade de Arquitetura da PUC Campinas e o Núcleo de Políticas Públicas da UNICAMP, que se enquadram neste perfil.

### **O PROJETO CHICO MENDES: UMA EXPERIÊNCIA DE DESCENTRALIZAÇÃO**

Todos estes procedimentos metodológicos que organizam os pressupostos teóricos e epistemológicos contribuem com a pesquisa que analisa o projeto Chico Mendes. É da perspectiva do estudo deste projeto, que se poderá constatar o envolvimento dos sujeitos sociais nos projetos de políticas habitacionais do município de Cosmópolis. O estudo dessa experiência pode se revelar importante para a reflexão, em nível mais geral sobre o processo de descentralização das políticas habitacionais, nos termos das indagações pertinentes a este artigo.

O Projeto Habitacional Chico Mendes foi elaborado em 1989 na gestão de José Pivato, do Partido dos Trabalhadores e teve como objetivo sanar o déficit habitacional de Cosmópolis. O projeto se dirigia à população favelada, uma parcela de moradores da cidade que não tinha possibilidades de participar de programas habitacionais vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (DOCUMENTOS DA DIRETORIA DE HABITAÇÃO DA PREFEITURA DE COSMÓPOLIS 1996).

A viabilização financeira se deu com a destinação para o projeto de hum por cento da arrecadação da prefeitura local. Integram também os objetivos do projeto: o plano de recuperação das áreas verdes da cidade, consideradas públicas e importantes para o meio ambiente, uma vez que constituem mananciais; a elaboração dos projetos com participação da população diretamente beneficiada; a construção de uma infra estrutura básica e recursos humanos tais como postos de saúde, creches escola e centros comunitários nesses novos bairros.

Outros detalhes importantes e complexos, que não estamos apresentando neste artigo, dizem respeito ao uso do solo, data de recebimento de escritura definitiva, entre outros, que estão sendo analisados na pesquisa.

O projeto efetivou-se com o atendimento de 820 famílias, distribuídas em sete bairros, Parque da Independência, Jardim Chico Mendes, Parque dos Trabalhadores, Jardim das Paineiras, Jardim Santana, Beto Spana e Parque Ester.

A atual fase da pesquisa requer alguns procedimentos metodológicos considerados fundamentais para a caracterização do projeto em questão. A pesquisa vem sendo executada tomando como referência três fontes de informações: 1. Análise documental; 2. Caracterização do projeto com base em informações que estão sendo colhidas em entrevistas, (Os entrevistados são os idealizadores do Projeto Chico Mendes, ligados à gestão da Prefeitura Municipal; 3. pesquisa de campo, através de contato direto com os sujeitos sociais, partes interessadas na aquisição das moradias.

A última fonte apresentada, os sujeitos sociais constitui a referência principal da pesquisa, na medida em que é no envolvimento desses sujeitos sociais que poderemos construir ou não o enfoque que esta tese vem perseguindo, ou seja, são eles que devem estar indicando, a partir de suas práticas uma outra referência para se pensar o conceito de cidadania.

Os procedimentos metodológicos estão sendo orientados nesta fase do trabalho no sentido de buscar, com a maior fidelidade possível, a caracterização dos sujeitos sociais em questão, com base na construção da realidade que os mesmos elaboram e que passam a vivenciar. As entrevistas, os relatos orais, e outras observações, enquadram-se no método de pesquisa qualitativa, e não estão dissociados dos pressupostos teóricos e epistemológicos que orientam esta reflexão (Thiollent, 1982. Queirós 1983)

As experiências históricas e sócio culturais desses sujeitos, individuais e coletivos, devem ser identificadas no universo dos conflitos e na complexa organização do espaço urbano, que não é só local, mas que diz respeito à região de Campinas. Os níveis de tensão devem ser compreendidos no bojo das relações pertinentes ao projeto Chico Mendes, que poderá revelar até que ponto nesse caso a descentralização avança no sentido de considerar esses sujeitos e o saber constituído a partir de suas experiências sócio culturais, como participantes do projeto em questão.

A reflexão da discussão contemporânea das Ciências Sociais e o estudo de uma experiência local contribuem com o debate que vem apontando mudanças na cultura política da sociedade civil brasileira. Os novos movimentos sociais e outras práticas sociais contemporâneas podem estar apontando ou não mudanças de qualidade, no que diz respeito às condições de cidadania, democracia, e organização do espaço público.

## REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON P. Balanço do Neoliberalismo. (Org) SADER E. e GENTILE P. In **Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.
- AUGUSTO.J.F. Políticas Públicas, Políticas Sociais e Políticas de Saúde: Algumas questões para reflexões e debate. In **Tempo**

- Social, Revista de Sociologia da USP.** Volume1 n.2 2. Semestre. São Paulo 1989.
- ARRETCHE. M. T. S. C. Desarticulação do BNH e Autonomização da Política Habitacional. In AFFONSO R.B. SILVA. P.L.B. (Org.) **Federalismo no Brasil, Descentralização e Políticas Sociais.** São Paulo Fundap, 1996. .
- BAVA.S. C. Democracia e Poder Local. In **Pólis: participação popular nos governos locais.** (Org) BOAS V. São Paulo. Revista Polís, n.14, . 1994.
- BONDUKI. N. **As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras,** São Paulo. Studio Nobel. 1997.t
- CASTRO. M. H. G. Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: In Um balanço bibliográfico. Rio de Janeiro **BIB**, 1988.
- COVRE M. L. M. **A Fala dos Homens, análise do pensamento tecnocrático.** São Paulo. Ed. Brasiliense. 1983.
- DAGNINO. E. Os Novos Movimentos Sociais e a Emergência de uma nova noção de Cidadania. In **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil.** (Org.) DAGNINO E. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1994.
- DELEUZE. G. e GUATTARI. F. O que é um conceito. In **O QUE É A FILOSOFIA?** Coleção Trans .São Paulo. Editora 34. 1995.
- DRAIBE S., M. Há tendências e tendências: com que Estado de Bem Estar haveremos de conviver neste fim de século. Trabalho apresentado no Seminário Brasil Século XXI. Unicamp. Campinas Abril 1889.
- FLEURY. S. A Natureza do Estado Capitalista e das políticas públicas. In **Estado sem Cidadãos -seguridade social na América Latina.** Rio de janeiro. Fiocruz. 1994.
- GARCIA. S.G. Cultura Dominação e Sujeitos Sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP.** São Paulo. .Vol 5 N. 1/2. 1994

- LEMOS. P.R. **Controle de Estado e Cooperativas Habitacionais. Estudo de Caso: Cooperativa Habitacional de Nova Veneza, Sumaré SP.** Campinas. Tese de Mestrado. Unicamp. 1994.
- LOPES. D. A. **Trabalhador sem teto e habitação provisória: vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana.** São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) USP 1997.
- MARSHALL. T. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro. Zahar. 1967.
- MORIN E. A Noção do Sujeito. In **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade.**(Org.) SCHNITMAN. D. F. Porto Alegre. Ed. Artes Médicas. 1996.
- NUNES. E. Poder Local, Descentralização e Democratização: um encontro difícil. In **O Novo Município, economia e política local.** Vol. 10 n.3. São Paulo. Revista da Fundação Seade.1996.
- QUEIRÓS. M. I. Variações sobre a técnica do gravador no registro de informação viva. **Cadernos SERU São Paulo.** Coleção de textos 14. 1983.
- RESTREPO. L. A A Relação entre a Sociedade Civil e o Estado, elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. .In**Tempo Social, Revista de Sociologia USP.** São Paulo.1990.
- SANTOS.W.G. **Cidadania e Justiça, a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro. Ed. Campus. 1979.
- TELLES V.S. Questão Social: afinal do que se trata? In **Reformas Políticas e do Estado** São Paulo em Prrspectiva Vol 10 n.4. Revista Fundação Seade 1996.
- TELLES. V.S. Sociedade Civil e a construção dos espaços públicos. In **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil.** (ORG. DAGNINO) . São Paulo Brasiliense. 1994.

- VÉRAS M. P. B., BONDUKI N. G. Políticas Habitacionais e a luta pelo direito à moradia. In **A cidadania que não temos.** (ORG) . COVRE. M. L.M. . São Paulo, Ed. Brasiliense. 1986.
- WALLERSTEIN. I. **Tipologia das crises no sistema mundial.** Univ. Das Nações Unidas . 1984.
- WANDERLEY. L. E. Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público. In **Reformas Políticas e do Estado**, São Paulo em Perspectiva. Vol19 n 4. São Paulo. Revista da Fundação Seade. 1996.